

Sumário

Nota do autor à 27ª edição	27
Nota do autor à 17ª edição.....	29
Prefácio.....	33
Capítulo 1 ► Introdução ao Direito Processual Civil	37
1. Introdução	37
2. Conceito de processo. A complexidade como característica constitutiva do processo....	38
3. Teoria Geral do Processo, Ciência do Direito Processual Civil e Direito Processual Civil ...	43
4. Direito processual Civil, Sistema da Justiça civil ou do que se ocupa um processualista civil.....	47
5. Processo e direito material. Instrumentalidade do processo. Relação circular entre o direito material e o processo	54
6. Algumas características do pensamento jurídico contemporâneo.....	57
7. Neoconstitucionalismo, neoprocessualismo ou formalismo valorativo. A atual fase metodológica da ciência do processo	61
8. A ciência do processo e a nova metodologia jurídica	64
8.1. Constituição e processo. O art. 1º do CPC	64
8.2. Princípios processuais.....	66
8.3. A nova feição da atividade jurisdicional e o Direito processual: sistema de precedentes, criatividade judicial e cláusulas gerais processuais	70
8.4. Processo e direitos fundamentais.....	73
9. A tradição jurídica brasileira: nem <i>civil law</i> , nem <i>common law</i>	75
10. O CPC e os microsistemas processuais civis.....	78
10.1. Nota introdutória	78
10.2. Microsistemas surgidos durante a vigência do CPC-1973. Os casos dos microsistemas do processo coletivo, da arbitragem, dos Juizados Especiais e dos processos de controle concentrado de constitucionalidade dos atos normativos.....	79
10.3. Microsistemas processuais (não exclusivamente civis) embutidos dentro do CPC-2015.....	83
Capítulo 2 ► Norma jurídica processual	85
1. Conceito de norma jurídica processual	85
2. Fontes da norma jurídica processual.....	85

3. <i>Soft law</i> e o Direito Processual.....	92
4. Aplicação da norma jurídica processual no tempo.....	95
Capítulo 3 ► Normas fundamentais do Processo Civil.....	99
1. Direito Processual Fundamental.....	99
2. Princípios.....	102
2.1. Princípio do devido processo legal.....	102
2.1.1. Considerações gerais.....	102
2.1.2. Conteúdo.....	103
2.1.3. Devido processo legal formal e devido processo legal substancial.....	107
2.1.4. Devido processo legal e relações jurídicas privadas.....	112
2.2. Princípio da dignidade da pessoa humana.....	114
2.3. Princípio da legalidade (juridicidade).....	118
2.4. Princípio do contraditório.....	120
2.4.1. Generalidades e a regra da proibição de decisão-surpresa.....	120
2.4.2. Dever de o juiz zelar pelo efetivo contraditório.....	127
2.5. Princípio da ampla defesa.....	129
2.6. Princípio da publicidade.....	130
2.6.1. Generalidades.....	130
2.6.2. Publicidade processual e proteção de dados pessoais.....	134
2.7. Princípio da duração razoável do processo.....	139
2.8. Princípio da igualdade processual (paridade de armas).....	142
2.9. Princípio da eficiência.....	144
2.10. Princípio da boa-fé processual.....	150
2.10.1. Generalidades.....	150
2.10.2. Fundamento constitucional do princípio da boa-fé processual.....	153
2.10.3. Destinatário da norma.....	156
2.10.4. Concretização do princípio da boa-fé processual.....	156
2.11. Princípio da efetividade.....	160
2.12. Princípio da adequação (legal, jurisdicional e negocial) do processo.....	162
2.12.1. Generalidades.....	162
2.12.2. Critérios de adequação.....	163
2.12.3. Adequação jurisdicional do processo.....	165
2.12.4. Adequação negocial do processo.....	168
2.13. Princípio da cooperação e o modelo do processo civil brasileiro.....	168
2.13.1. Nota introdutória.....	168
2.13.2. “Princípios” dispositivo e inquisitivo. Modelos tradicionais de organização do processo: adversarial e inquisitorial.....	168
2.13.3. Processo cooperativo: um terceiro modelo de organização do processo. Princípios e regras de cooperação. Eficácia do princípio da cooperação...	173

2.13.4. Dever de o juiz zelar pelo efetivo contraditório, princípio da cooperação e dever de auxílio	180
2.14. Princípio do respeito ao autorregramento da vontade no processo.....	181
2.15. Princípio da primazia da decisão de mérito	186
2.16. Princípio da proteção da confiança.....	187
2.16.1. Proteção da confiança e segurança jurídica	187
2.16.2. Pressupostos para a proteção da confiança	189
2.16.3. Princípio da proteção da confiança e o direito processual civil.....	192
3. Regras.....	196
3.1. Regras da instauração do processo por iniciativa da parte e de desenvolvimento do processo por impulso oficial.....	196
3.1.1. Instauração do processo por iniciativa da parte.....	196
3.1.2. Desenvolvimento do processo por impulso oficial	197
3.2. Regra da obediência à ordem cronológica de conclusão.....	197
3.2.1. Generalidades	197
3.2.2. Regras que excetua o dever de respeito à ordem cronológica de conclusão	198
3.2.3. Calendário processual e dever de observância da ordem cronológica de conclusão	202
3.2.4. Consequências do descumprimento da regra.....	202
3.2.5. Extensão da regra à atuação do escrivão ou chefe de secretaria.....	203
3.2.6. Direito transitório.....	203
4. Norma fundamental de interpretação do Código de Processo Civil: o postulado hermenêutico da unidade do Código	204
Capítulo 4 ► Jurisdição	205
1. Conceito e características da jurisdição.....	205
1.1. Conceito.....	205
1.2. Decisão por terceiro imparcial – heterocomposição	206
1.2.1. Generalidades	206
1.2.2. A imparcialidade na arbitragem.....	208
1.3. A jurisdição como manifestação do Poder: a imperatividade e a inevitabilidade da jurisdição.....	211
1.4. A jurisdição como atividade criativa	212
1.5. Jurisdição como técnica de tutela de direitos mediante um processo	218
1.6. A jurisdição sempre atua em um problema jurídico concreto.....	219
1.7. Insuscetibilidade de controle externo	220
1.8. Aptidão para a coisa julgada	220
2. A jurisdição no sistema brasileiro de justiça multiportas	221
3. Arbitragem.....	223
4. A questão da “indelegabilidade” do exercício da jurisdição	228

5. A territorialidade para o exercício da jurisdição	230
6. Princípios da jurisdição	233
6.1. Inafastabilidade	233
6.2. Juiz natural	238
7. A jurisdição voluntária.....	242
7.1. Generalidades	242
7.2. Classificação dos procedimentos de jurisdição voluntária de Leonardo Greco.....	247
7.3. A jurisdição voluntária como administração pública de interesses privados	248
7.4. A jurisdição voluntária como atividade jurisdicional.....	249
Capítulo 5 ► Competência	255
1. Conceito e considerações gerais	256
2. Distribuição da competência. Fontes normativas de atribuição de competência	257
3. Normas fundamentais sobre competência.....	257
3.1. Princípio do juiz natural.....	257
3.2. Princípios da tipicidade da competência e da indisponibilidade da competência. Regra da inexistência de vácuo de competência	257
3.3. Princípio da competência adequada	258
3.4. Regra da <i>Kompetenzkompetenz</i>	262
3.5. Regra da perpetuação da jurisdição	262
4. Competência por distribuição	264
5. Classificação da competência	265
5.1. Competência do foro (territorial) e competência do juízo.....	265
5.2. Competência originária e derivada	265
5.3. Competência relativa e competência absoluta	266
5.3.1. <i>A translatio iudicii</i>	266
5.3.2. Distinções entre a incompetência relativa e a incompetência absoluta.....	268
6. Foros concorrentes, <i>forum shopping</i> , <i>forum non conveniens</i> , princípio da competência adequada e abuso do direito	269
7. Escolha de “juízo aleatório”, Abuso do direito e controle pelo juiz (art. 63, § 5º, CPC)	273
8. Competência constitucional.....	276
9. Competência internacional.....	277
9.1. Considerações gerais	277
9.2. Competência internacional concorrente ou cumulativa (arts. 21 e 22, CPC).....	279
9.3. Competência internacional exclusiva (art. 23, CPC)	280
9.4. Competência concorrente e litispendência (art. 24, CPC)	281
10. Métodos para identificar o juízo competente	281
11. Critérios determinativos de distribuição da competência	282

11.1. Consideração introdutória	282
11.2. Objetivo: em razão da matéria, em razão da pessoa e em razão do valor da causa	283
11.3. Territorial.....	285
11.4. Funcional.....	285
11.4.1. Generalidades	285
11.4.2. Competência funcional x competência territorial absoluta.....	286
12. Principais regras de competência territorial	287
13. Foros distritais e subseções judiciárias.....	296
14. Modificações da competência.....	297
14.1. Panorama dos fatos jurídicos processuais que autorizam a modificação da competência	297
14.2. Não alegação da incompetência relativa.....	298
14.3. Foro de eleição	298
14.3.1. Generalidades. Requisitos de validade e extensão da cláusula	298
14.3.2. Ineficácia da cláusula abusiva de foro de eleição.....	302
14.3.3. Foro de eleição internacional	304
14.4. Conexão e continência.....	304
14.4.1. Considerações gerais sobre a conexão. Conceitos legais de conexão e continência. Insuficiência do conceito legal. A conexão por prejudicialidade ou por preliminaridade	304
14.4.2. Forma de alegação	308
14.4.3. Distinção entre a alegação de modificação de competência e a alegação de incompetência relativa	309
14.4.4. Conexão entre demanda executiva e demanda de conhecimento e conexão entre demandas executivas.....	310
14.4.5. Conexão por afinidade. Um novo modelo de conexão para o julgamento de casos repetitivos	311
14.5. Prevenção.....	312
14.6. Litigância abusiva, liberdade de expressão e liberdade de imprensa, interpretação conforme a Constituição da regra de competência territorial para ações de responsabilidade civil extracontratual (art. 53, IV, “a”, CPC) e a conexão: o julgamento das ADIs n. 6.792 e 7.055 pelo STF.....	313
15. Recorribilidade da decisão sobre competência	315
16. Conflito de competência.....	317
16.1. Hipóteses e pressupostos	317
16.2. Incompetência, remessa dos autos e conflito de competência.....	320
16.3. Legitimidade e participação do Ministério Público.....	320
16.4. Competência	321
16.5. Procedimento.....	322
17. Competência da Justiça Federal	323

17.1. Características	323
17.2. Competência dos juízes federais em razão da pessoa.....	324
17.2.1. O art. 109, I, CF/1988.....	324
17.2.1.1. As causas	324
17.2.1.2. As pessoas.....	326
17.2.1.3. As exceções.....	331
17.2.2. O art. 109, II, CF/1988.....	333
17.2.3. O art. 109, VIII, CF/1988.....	334
17.3. Competência funcional: art. 109, X, segunda parte	335
17.4. Competência da Justiça Federal em razão da matéria.....	336
17.4.1. O art. 109, III, CF/1988.....	336
17.4.2. Causas do art. 109, V-A: grave violação a direitos humanos	337
17.4.3. O art. 109, XI, CF/1988: disputa sobre direitos indígenas	341
17.4.4. Art. 109, X, parte final: causas referentes à nacionalidade e à naturalização.....	342
17.5. Competência territorial da Justiça Federal.....	343
17.5.1. Considerações gerais	343
17.5.2. Art. 109, § 3º, CF/1988: juízo estadual com competência federal.....	345
17.6. Competência do Tribunal Regional Federal (art. 108 da CF/1988).....	347
Capítulo 6 ► Cooperação judiciária nacional	353
1. Introdução: conceito, dever de cooperação judiciária e relação com as normas fundamentais	353
2. Breve histórico	355
3. Outras fontes normativas da cooperação judiciária nacional: a resolução n. 350/2020 do Conselho Nacional de Justiça, as leis estaduais e os regimentos internos dos tribunais.	357
4. Abrangência das normas sobre cooperação judiciária nacional: processos eleitoral, trabalhista, penal e administrativo	358
5. Elementos da cooperação judiciária nacional brasileira: Os sujeitos da cooperação, os tipos de cooperação, os instrumentos de cooperação e os atos de cooperação	359
6. Atipicidade da cooperação: atipicidade de instrumentos e de atos.....	360
7. Tipos de cooperação.....	362
7.1. Cooperação por solicitação.....	362
7.2. Cooperação por delegação.....	362
7.3. Cooperação por concertação.....	363
8. A subsidiariedade do uso das cartas como instrumentos de cooperação judiciária. A disciplina normativa das cartas como parâmetro para a solução de problemas dogmáticos da cooperação judiciária nacional	363
9. Pedido de cooperação: a cooperação solicitada	364
10. Cooperação por delegação.....	365

10.1. Noção e características.....	365
10.2. Distinções.....	366
11. Atos concertados: a cooperação negociada.....	367
11.1. Generalidades e legitimidade para celebração. A cooperação interinstitucional ...	367
11.2. Objeto da concertação.....	370
11.2.1. Consideração introdutória	370
11.2.2. Alguns objetos de atos de concertação: a lista de exemplos do § 2º do art. 69 do CPC.....	371
11.2.2.1. Prática de citação, intimação ou notificação de ato (art. 69, § 2º, I, CPC)	371
11.2.2.2. Obtenção e apresentação de provas e a coleta de depoimentos (art. 69, § 2º, II, CPC). A conexão probatória.....	372
11.2.2.3. Efetivação de medidas e providências para recuperação e preservação de empresas e para facilitação de habilitação de créditos na falência e na recuperação judicial (art. 69, §2º, IV e V, CPC)	373
11.2.2.4. A centralização de processos repetitivos (art. 69, §2º, VI, CPC) ..	374
11.2.2.5. Execução de decisões judiciais (art. 69, §2º, III e VII, CPC).....	375
11.3. Ato concertado como hipótese de modificação de competência.....	376
12. Cooperação judiciária e sistema da <i>translatio iudicii</i>	380
13. A compulsoriedade da cooperação judiciária	381
14. As partes e a cooperação judiciária.....	383
15. Síntese do modelo brasileiro de cooperação judiciária nacional.....	384
Capítulo 7 ► Teoria da ação: da ação e do direito de ação.....	387
1. Direito de ação, ação, procedimento e direito afirmado.....	387
2. O direito de ação como um complexo de situações jurídicas.....	389
3. A demanda e a relação jurídica substancial	392
4. Elementos da ação.....	393
4.1. Causa de pedir e pedido	393
4.2. Partes	394
5. Classificação das ações.....	395
5.1. Classificação segundo a natureza da relação jurídica discutida: real e pessoal	395
5.2. Classificação segundo o objeto do pedido mediato: mobiliária ou imobiliária.....	395
5.3. Classificação segundo o tipo de tutela jurisdicional: conhecimento, cautelar e executiva. Ações sincréticas	396
5.4. Ações de conhecimento: condenatórias, constitutivas e declaratórias	396
5.4.1. Ações condenatórias: as ações de prestação	396
5.4.2. Ações constitutivas	397
5.4.3. Ações (meramente) declaratórias.....	399

5.4.4.	O art. 20 do CPC. Distinção entre ação meramente declaratória e ação de condenatória. O art. 515, I, do CPC	402
5.4.5.	Ações mandamentais e ações executivas em sentido amplo. As classificações quinária e quaternária das ações	405
5.5.	Ações dúplices	409
6.	Cumulação de ações	410
7.	Concurso de ações (concurso de direitos).....	411
8.	As condições da ação e o novo CPC	412
Capítulo 8 ▶	Pressupostos processuais.....	417
1.	Pressuposto processual: noções gerais.....	417
2.	Pressupostos de existência e requisitos de validade	418
3.	Alguns “mitos” sobre os pressupostos processuais	421
4.	A classificação proposta	422
5.	Pressupostos processuais subjetivos	423
5.1.	Capacidade de ser parte.....	423
5.2.	Existência de órgão investido de jurisdição.....	425
6.	Pressuposto processual objetivo: a existência de ato inicial do procedimento que introduza o objeto da decisão.....	425
7.	Requisitos processuais subjetivos de validade.....	425
7.1.	Capacidade processual.....	425
7.1.1.	Generalidades	425
7.1.2.	Possíveis consequências da incapacidade processual	429
7.2.	Capacidade processual das pessoas casadas	430
7.2.1.	Consideração introdutória.....	430
7.2.2.	Capacidade processual dos cônjuges nas ações reais imobiliárias	430
7.2.2.1.	O art. 1.647 do Código Civil.....	430
7.2.2.2.	A restrição da capacidade processual.....	430
7.2.2.3.	Forma e prova do consentimento	433
7.2.2.4.	Aplicação à união estável documentada.....	434
7.2.2.5.	O controle da ilegitimidade processual do cônjuge	434
7.2.2.6.	Suprimento judicial do consentimento (art. 74 do CPC e art. 1.648 do Código Civil).....	435
7.2.3.	Dívidas solidárias e litisconsórcio necessário entre os cônjuges (incisos II e III do § 1º do art. 73 do CPC).....	436
7.3.	O curador especial	438
7.4.	Capacidade postulatória.....	445
7.4.1.	Generalidades	445
7.4.2.	Ato praticado por advogado sem procuração.....	447
7.4.3.	A procuração	450
7.5.	Competência	451

7.6. Imparcialidade	451
8. Requisito processual objetivo intrínseco: respeito ao formalismo processual	452
9. Requisitos processuais objetivos extrínsecos e negativos	454
10. A legitimação para agir e o interesse processual	455
10.1. Observação introdutória	455
10.2. O art. 17 do CPC: a exigência de interesse e de legitimidade para qualquer tipo de atuação processual	456
10.3. Legitimação para agir	456
10.3.1. Noção	456
10.3.2. Classificação	458
10.3.3. Substituição processual ou legitimação extraordinária	461
10.3.4. Diretrizes para a solução de conflitos entre o substituto processual e o substituído	465
10.3.5. Fonte normativa da legitimação extraordinária	466
10.3.5.1. Generalidades	466
10.3.5.2. A legitimação extraordinária negocial	468
10.3.6. Substituição processual e sucessão processual	474
10.3.7. Substituição processual e representação processual	475
10.3.8. Legitimidade ordinária como questão de mérito	475
10.4. O interesse de agir	478
10.4.1. Generalidades	478
10.4.2. O interesse-utilidade	479
10.4.3. O interesse-necessidade e as ações necessárias	480
10.4.4. Interesse de agir nas ações declaratórias	483
10.4.5. O denominado interesse-adequação	485
10.5. A teoria da asserção: exame da legitimidade e do interesse de agir à luz do que foi afirmado pela parte	486
11. As diversas posições jurídicas que um sujeito pode assumir em um mesmo processo: a dinamicidade das capacidades processuais, do interesse processual e da legitimidade.	489
12. Participação processual dos animais não humanos	493
Capítulo 9 ► Fatos, atos e negócios jurídicos processuais.....	497
1. Nota explicativa	497
2. Ato e procedimento	498
3. Conceito de fato jurídico processual	499
4. Classificação dos fatos jurídicos processuais em sentido amplo	501
5. Negócios processuais	503
5.1. Noções gerais, espécies e classificação	503
5.2. Negócios processuais atípicos	508
5.2.1. A cláusula geral de negociação sobre o processo. O princípio da atipicidade da negociação sobre o processo	508

5.2.2.	Regras gerais da negociação processual.....	511
5.2.3.	Negócios processuais celebrados pelas partes com o juiz.....	512
5.2.4.	Momento de celebração	512
5.2.5.	Requisitos de validade.....	513
5.2.5.1.	Generalidades.....	513
5.2.5.2.	Capacidade. O problema da vulnerabilidade. Contratos empresariais e não empresariais	514
5.2.5.3.	Objeto. Diretrizes para o controle da validade do objeto do negócio processual atípico. Contratos empresariais e não empresariais.....	517
5.2.5.4.	Forma	521
5.2.6.	Anulabilidade	522
5.2.7.	Eficácia e revogabilidade.....	522
5.2.8.	Onerosidade excessiva, resolução e revisão	524
5.2.9.	Inadimplemento e ônus da alegação	524
5.2.10.	Efetivação.....	525
5.2.11.	Princípio da boa-fé e negociação processual.....	525
5.2.12.	Interpretação	525
5.2.13.	Negócios processuais coletivos e negócios processuais que dizem respeito a processos indeterminados	527
5.2.14.	Direito intertemporal	528
6.	Ato ilícito processual.....	529
Capítulo 10 ► Invalidades processuais		531
1.	Consideração introdutória.....	531
2.	Noções básicas sobre os planos da existência, validade e eficácia dos fatos jurídicos.....	532
3.	Sistema de invalidades processuais	535
3.1.	Sistema de invalidades processuais e sistema de invalidades do direito material.	535
3.2.	O ato processual defeituoso produz efeitos até a sua invalidação. Toda invalidade processual é decretada	536
3.3.	Os tipos de defeito processual.....	536
3.4.	Não há invalidade sem prejuízo.....	539
3.5.	Intervenção do Ministério Público e invalidade.....	540
3.6.	Princípio do aproveitamento dos atos processuais defeituosos. O princípio da fungibilidade.....	541
3.7.	Sanabilidade dos defeitos processuais.....	542
3.8.	Invalidade do procedimento (inadmissibilidade) e invalidade de cada um dos atos do procedimento.....	543
3.9.	Invalidação de atos do juiz, das partes e dos auxiliares da justiça	545
3.10.	Máxima da proporcionalidade e princípios da cooperação e da eficiência aplicados ao sistema das invalidades processuais.....	548

3.11. O princípio da boa-fé processual e a regra da proibição do <i>venire contra factum proprium</i>	549
3.12. Princípio da proteção da confiança.....	552
3.13. Decisão sobre a invalidade e preclusão.....	553
Capítulo 11 ► Preclusão.....	555
1. Conceito	555
2. Fundamentos da preclusão e o seu papel no formalismo processual.....	556
3. Classificação.....	558
3.1. Generalidades	558
3.2. Preclusão temporal	560
3.3. Preclusão lógica.....	560
3.4. Preclusão consumativa.....	562
3.5. Preclusão-sanção ou preclusão punitiva.....	563
4. Natureza jurídica.....	564
4.1. A preclusão como fato e como efeito jurídico.....	564
4.2. A preclusão como sanção	565
5. Preclusão, prescrição e decadência	566
6. Preclusão para o juiz	567
7. Efeitos da preclusão	568
Capítulo 12 ► Teoria da cognição judicial	571
1. Conceito de cognição.....	571
2. Conceito de questão.....	572
3. Resolução das questões: resolução <i>incidenter tantum</i> e resolução <i>principaliter</i>	572
4. Objeto do processo e objeto litigioso do processo	575
5. Objeto da cognição judicial (tipologia das questões).....	579
5.1. Consideração introdutória.....	579
5.2. Questões de fato e questões de direito.....	579
5.3. Questões prévias: questões preliminares e questões prejudiciais.....	581
5.4. Pressupostos processuais e mérito: questões de admissibilidade e questões de mérito	585
6. Espécies de cognição.....	587
Capítulo 13 ► Litisconsórcio	591
1. Conceito	591
2. Classificação.....	592
2.1. Ativo, passivo e misto.....	592
2.2. Inicial e ulterior	592
2.3. Unitário e simples.....	593

2.3.1.	Unitário.....	593
2.3.2.	Simple ou comum.....	594
2.4.	Necessário e facultativo.....	595
2.4.1.	Generalidades.....	595
2.4.2.	Litisconsórcio necessário unitário, litisconsórcio facultativo unitário e hipóteses de intervenção iussu iudicis.....	595
2.4.3.	Litisconsórcio necessário por força de lei.....	599
2.4.4.	Síntese das combinações possíveis entre os litisconsórcios unitário, simples, necessário e facultativo.....	599
2.4.5.	Litisconsórcio necessário ativo.....	600
2.4.6.	Natureza da sentença proferida contra litisconsorte necessário não citado.....	607
2.4.7.	Litisconsórcio necessário e negócio jurídico processual.....	607
2.4.8.	Litisconsórcio facultativo unitário e coisa julgada.....	609
3.	Regime de tratamento dos litisconsortes.....	610
4.	Modalidades especiais de Litisconsórcio facultativo e cumulação de pedidos.....	613
4.1.	Litisconsórcio sucessivo.....	613
4.2.	Litisconsórcio eventual.....	614
4.3.	Litisconsórcio alternativo.....	615
5.	Litisconsórcio por comunhão, por conexão ou por afinidade. Litisconsórcio facultativo impróprio. Litisconsórcio recusável. Litisconsórcio multitudinário.....	616
Capítulo 14 ► Intervenção de terceiro.....		621
1.	Introdução às intervenções de terceiro.....	621
1.1.	Conceitos fundamentais.....	621
1.1.1.	Conceito de parte.....	621
1.1.2.	Conceito de terceiro.....	622
1.1.3.	Conceito de intervenção de terceiro.....	622
1.1.4.	Processo incidente e incidente do processo.....	623
1.2.	Fundamentos para as intervenções de terceiro.....	623
1.3.	Efeitos no processo.....	625
1.4.	Controle pelo magistrado. As convenções processuais sobre as intervenções de terceiro.....	625
1.5.	Cabimento.....	627
1.5.1.	Regra geral.....	627
1.5.2.	Juízados Especiais Cíveis.....	627
2.	Assistência.....	628
2.1.	Considerações gerais.....	628
2.2.	Procedimento.....	629
2.3.	Assistência simples.....	629
2.3.1.	Considerações gerais.....	629

2.3.2. Poderes do assistente simples	632
2.3.2.1. Combinação das regras decorrentes dos arts. 121, par. ún., e 122, CPC.....	632
2.3.2.2. Análise do par. ún. do art. 121 do CPC: omissões negociais e não negociais do assistido.....	634
2.3.3. Eficácia preclusiva da intervenção	636
2.4. Assistência litisconsorcial	637
2.5. Intervenção de legitimado extraordinário para a defesa de direitos coletivos (lato sensu) como assistente simples em processo individual.....	638
3. Denúnciação da lide	641
3.1. Generalidades	641
3.2. Facultatividade da denúnciação da lide	645
3.3. Posição processual do denunciado	646
3.4. A denúnciação da lide em caso de evicção (art. 125, I, CPC)	648
3.5. A denúnciação da lide com base no inciso II do art. 125 do CPC.....	649
3.5.1. Considerações gerais	649
3.5.2. A concepção restritiva	649
3.5.3. A concepção ampliativa	652
3.5.4. A posição do Superior Tribunal de Justiça	655
3.5.5. Síntese conclusiva: a nossa opinião.....	656
3.6. Procedimento da denúnciação da lide formulada pelo autor (arts. 126-127, CPC)	657
3.7. Procedimento da denúnciação da lide formulada pelo réu (arts. 126 e 128, CPC)	658
4. Chamamento ao processo	659
5. Denúnciação da lide e chamamento ao processo em causas de consumo.....	662
6. Incidente de descon sideração da personalidade jurídica	666
6.1. Generalidades	666
6.2. A descon sideração da personalidade jurídica: suas origens como instrumento de supressão do privilégio da limitação da responsabilidade	667
6.3. Descon sideração da personalidade jurídica, despersonalização e responsabilidade direta.....	669
6.4. A descon sideração da personalidade jurídica no Direito brasileiro	671
6.5. Aspectos processuais da descon sideração da personalidade jurídica.....	675
7. Intervenção de <i>amicus curiae</i>	678
8. Outras intervenções decorrentes da resposta do réu	685
9. A intervenção <i>iussu iudicis</i>	685
10. Intervenções especiais dos entes públicos	689
11. Intervenção litisconsorcial voluntária ou litisconsórcio facultativo ulterior simples....	693
12. Intervenção de terceiro especial no processo da ação de alimentos (art. 1.698 do Código Civil).....	695

Capítulo 15 ► Alienação da coisa ou do direito litigioso	703
Capítulo 16 ► Formação do processo e petição inicial	709
1. Formação do processo	709
2. Petição inicial e demanda	710
3. Requisitos da petição inicial	710
3.1. Forma	710
3.2. Assinatura de quem possua capacidade postulatória	711
3.3. Indicação do juízo a que é dirigida a demanda	711
3.4. Qualificação das partes	712
3.5. Causa de pedir: o fato e o fundamento jurídico do pedido	714
3.6. Argumentação jurídica	719
3.7. O pedido	720
3.8. Atribuição de valor à causa	720
3.9. A indicação dos meios de prova com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados	721
3.10. Opção pela realização ou não da audiência de conciliação ou mediação	721
3.11. Documentos indispensáveis à propositura da demanda	722
3.12. A opção pelo “Juízo 100% digital” – a Resolução n. 345/2020 do Conselho Nacional de Justiça	723
4. Emenda da petição inicial	724
5. Indeferimento da petição inicial	725
5.1. Considerações gerais	725
5.2. Hipóteses de indeferimento	729
5.2.1. Inépcia	729
5.2.2. Ilegitimidade da parte	732
5.2.3. Falta de interesse processual	733
5.2.4. Não atendimento ao disposto nos arts. 106 e 321	733
6. Pedido	733
6.1. Conceito e divisão	733
6.2. Requisitos	735
6.3. Cumulação de pedidos	735
6.3.1. Cumulação própria: simples ou sucessiva	735
6.3.2. Cumulação imprópria: subsidiária ou alternativa	737
6.3.3. Cumulação inicial e cumulação ulterior	741
6.3.4. Requisitos para a cumulação	742
6.3.4.1. Compatibilidade dos pedidos	742
6.3.4.2. Competência	743

6.3.4.3. Identidade do procedimento ou conversibilidade para o procedimento comum. Cláusula geral de adaptabilidade do procedimento comum	744
6.4. Ampliação da demanda.....	747
6.5. Redução da demanda.....	748
6.6. Alteração objetiva da demanda.....	749
6.7. Espécies de pedido.....	750
6.7.1. Pedido genérico.....	750
6.7.2. Pedido alternativo.....	753
6.7.3. Pedido relativo a obrigação indivisível.....	755
6.8. Interpretação do pedido e pedido implícito.....	757
6.8.1. Interpretação da petição inicial. Regras gerais sobre a interpretação dos atos postulatorios.....	757
6.8.2. Pedido implícito.....	762
Capítulo 17 ► Improcedência liminar do pedido.....	765
1. Conceito e regime jurídico.....	765
2. Hipóteses de improcedência liminar do pedido previstas no art. 332 do código de processo civil.....	768
2.1. Pedido contrário a precedente obrigatório.....	768
2.2. Reconhecimento de prescrição ou decadência.....	770
3. Hipótese atípica de improcedência liminar do pedido e outras hipóteses legais de improcedência liminar do pedido.....	778
Capítulo 18 ► Citação.....	781
1. Generalidades.....	781
2. A citação como “pressuposto processual”.....	781
3. Comparecimento espontâneo do citando.....	782
4. Pessoaalidade da citação.....	783
5. Local da citação.....	785
6. Impedimento legal para a citação.....	785
7. Medidas indutivas, <i>nudges</i> processuais e citação.....	785
8. Efeitos da citação.....	786
9. A citação e a interrupção da prescrição pelo despacho citatório.....	789
10. Modalidades.....	791
10.1. Citação por meio eletrônico.....	791
10.2. Citação pelo correio.....	794
10.3. Citação por oficial de justiça.....	795
10.4. Citação por mandado com hora certa.....	796
10.5. Citação pelo escrivão ou chefe de secretaria.....	798

10.6. Citação por edital.....	798
10.7. Regulação convencional do modo de citação.....	800
Capítulo 19 ► Audiência preliminar de conciliação ou mediação	801
Capítulo 20 ► Teoria da exceção, resposta do réu e revelia	809
1. Teoria da exceção	810
1.1. Acepções do termo “exceção”	810
1.2. Exceção em sentido substancial e exceção em sentido processual. Os contraditórios (exceções substanciais) e o seu regime jurídico processual	810
1.3. Da exceção como direito de defesa	813
1.4. Ação <i>versus</i> exceção	814
2. Espécies de defesa	815
2.1. Mérito e admissibilidade	815
2.2. Objeções e exceções.....	815
2.3. Peremptória e dilatória.....	818
2.4. Direta e indireta.....	819
2.5. Instrumental e interna.....	819
3. Resposta do réu	820
4. A contestação.....	820
4.1. Noção geral	820
4.2. Prazo.....	821
4.3. A regra da eventualidade ou da concentração da defesa	821
4.4. Defesas de admissibilidade.....	823
4.4.1. Inexistência ou nulidade de citação.....	823
4.4.2. Incompetência do juízo. O direito de o réu alegar incompetência no foro do seu domicílio.....	824
4.4.3. Incorreção do valor da causa.....	825
4.4.4. Inépcia da petição inicial.....	826
4.4.5. Perempção, litispendência e coisa julgada.....	826
4.4.6. Conexão e continência.....	826
4.4.7. Incapacidade da parte, defeito de representação ou falta de autorização	827
4.4.8. Alegação de convenção de arbitragem.....	827
4.4.8.1. Generalidades.....	827
4.4.8.2. Alegação de convenção de arbitragem e a <i>Kompetenzkompetenz</i> do juízo arbitral	829
4.4.8.3. Decisão sobre a alegação de convenção de arbitragem.....	831
4.4.9. Ausência de legitimidade ou de interesse processual. O direito de substituição do réu e o dever de o réu indicar o legitimado passivo. Novas hipóteses de intervenção de terceiro	832
4.4.10. Falta de caução ou de outra prestação que a lei exige como preliminar...	834

4.4.11. Indevida concessão do benefício da gratuidade concedido ao autor	834
4.5. Defesas que têm de ser alegadas fora da contestação e que podem ser alegadas depois da contestação	834
4.6. Crítica à interpretação literal do art. 337 do CPC. Quebra do dogma da primazia da defesa de admissibilidade sobre a defesa de mérito	835
4.7. Ônus da impugnação especificada.....	837
4.7.1. Noção.....	837
4.7.2. Representantes judiciais que estão dispensados deste ônus (art. 341, par. ún., CPC).....	838
4.7.3. Afirmações de fato que, mesmo não impugnadas especificadamente, não serão havidas como verdadeiras.....	840
4.8. Forma e requisitos.....	841
4.9. Pedido do réu.....	842
4.10. Aditamento e indeferimento da contestação	842
4.11. Interpretação	843
5. Reconvenção	843
5.1. Noções gerais	843
5.2. Reconvenção e ampliação subjetiva do processo	844
5.3. Requisitos.....	847
5.3.1. Haja uma causa pendente.....	847
5.3.2. A observância do prazo de resposta.....	847
5.3.3. Competência	847
5.3.4. Compatibilidade entre os procedimentos.....	848
5.3.5. Conexão.....	848
5.3.6. Interesse processual	848
5.3.7. Cabimento	849
5.3.8. Despesas processuais.....	849
5.4. Reconvenção e substituição processual	850
5.5. Reconvenção e pedido contraposto	850
6. A revelia	851
6.1. Noção.....	851
6.2. Efeitos	851
6.3. Mitigações à eficácia da revelia.....	852
6.3.1. A presunção de veracidade não é efeito necessário da revelia.....	852
6.3.2. Revelia não implica necessariamente vitória do autor	854
6.3.3. Matérias que podem ser alegadas após o prazo de defesa.....	854
6.3.4. Proibição de alteração de pedido ou da causa de pedir (art. 329, II, CPC).	854
6.3.5. Intervenção do réu revel	855
6.3.6. Necessidade de intimação do réu revel que tenha advogado constituído nos autos	855

6.3.7. Possibilidade de ação rescisória por erro de fato	856
6.3.8. <i>Querela nullitatis</i>	856
6.3.9. Impedimento à extensão da coisa julgada à resolução da questão prejudicial incidental.....	856
6.4. Revelia na reconvenção	857
Capítulo 21 ► Arguição de impedimento ou suspeição	859
1. Conteúdo jurídico do Dever de imparcialidade.....	859
2. Generalidades sobre os incidentes de arguição de impedimento e suspeição	861
3. Hipóteses de impedimento	863
4. Hipóteses de suspeição	865
5. Fontes normativas do impedimento e da suspeição	866
6. Róis exemplificativos de hipóteses de impedimento e suspeição	868
7. Suspensão do processo	869
8. Procedimento, decisão e recursos.....	869
9. Eficácia externa da decisão sobre a suspeição e o impedimento.....	873
10. Arguição de impedimento ou suspeição do tribunal ou da maioria absoluta do tribunal	874
11. Impedimento ou suspeição provocados. Imparcialidade aceita e abuso do direito.....	875
Capítulo 22 ► Providências preliminares e julgamento conforme o estado do processo	877
1. Saneamento e fase de saneamento. As providências preliminares	877
2. Julgamento conforme o estado do processo	880
3. Julgamento antecipado do mérito.....	880
4. rotas ou circuitos do procedimento comum	884
5. Da decisão de saneamento e organização do processo.....	885
5.1. Generalidades	885
5.2. Audiência de saneamento e organização em cooperação com as partes.....	889
5.3. O acordo de organização do processo.....	890
5.4. O calendário processual	892
5.5. Eficácia preclusiva da decisão de saneamento e de organização do processo em relação ao reexame das questões que podem ser decididas a qualquer tempo pelo órgão jurisdicional	894
5.5.1. Consideração introdutória.....	894
5.5.2. O juízo de admissibilidade positivo e a preclusão.....	895
Capítulo 23 ► Extinção do processo	903
1. Observação introdutória	903
2. Conteúdo das decisões judiciais. As decisões totais e as decisões parciais.....	904
3. Decisões que não examinam o mérito (art. 485 do CPC).....	905
3.1. Generalidades e a primazia da decisão de mérito.....	905

3.2.	Distribuição por dependência em caso de renovação da demanda (art. 286, II)....	907
3.3.	Efeito regressivo da apelação (art. 485, § 7º).....	907
3.4.	Análise do art. 486 do CPC.....	908
3.5.	Indeferimento da petição inicial.....	911
3.6.	Abandono do processo pelas partes.....	912
3.7.	Abandono do processo pelo autor.....	913
3.8.	Falta de “pressupostos processuais”.....	914
3.9.	Existência de perempção, litispendência e coisa julgada.....	915
3.10.	Ausência de interesse ou legitimidade.....	917
3.11.	Existência de convenção de arbitragem.....	919
3.12.	Desistência do prosseguimento do processo (revogação da demanda).....	920
3.12.1.	Generalidades.....	920
3.12.2.	Desistência parcial.....	920
3.12.3.	Desistência da ação e renúncia ao direito sobre o qual se funda a ação ...	921
3.12.4.	Momento.....	921
3.12.5.	Desistência da ação e desistência do recurso.....	922
3.12.6.	Desistência da ação e consentimento do réu.....	923
3.12.7.	Efeito anexo da decisão que homologa a desistência da ação.....	924
3.12.8.	Desistência da ação e julgamento de casos repetitivos.....	924
3.12.9.	Caso especial: desistência no caso de ente federal ser réu.....	925
3.12.10.	Desistência em processo coletivo.....	925
3.12.11.	Desistência e despesas processuais.....	926
3.13.	Falecimento do autor e intransmissibilidade do direito litigioso.....	926
3.14.	Análise do § 3º do art. 485 do CPC.....	927
4.	Decisões que examinam o mérito (art. 487 do CPC).....	929
4.1.	Observação introdutória.....	929
4.2.	Julgamento do mérito: a procedência e a improcedência.....	930
4.2.1.	Generalidades.....	930
4.2.2.	A decisão que não acolhe a afirmação de contradireito como uma decisão de mérito.....	931
4.3.	Homologação da autocomposição das partes.....	932
4.4.	Decisão sobre a decadência ou a prescrição.....	935
Capítulo 24 ► Suspensão do processo.....		939
1.	Noções gerais.....	939
2.	Hipóteses de suspensão.....	941
2.1.	Morte ou perda da capacidade processual de parte, representante legal ou advogado.....	941
2.2.	Convenção das partes.....	943

2.3. Arguição de impedimento ou suspeição.....	944
2.4. Admissão do incidente de resolução de demandas repetitivas	944
2.5. Prejudicialidade ou preliminaridade externa (art. 313, V, “a”).....	945
2.6. Dependência da verificação de um fato ou da produção de uma prova (art. 313, V, “b”).....	947
2.7. Força maior.....	947
2.8. Pendência de processo perante tribunal marítimo	948
2.9. Casos que envolvem a maternidade ou paternidade	949
2.10. Decisão de mérito depender da verificação da ocorrência de delito.....	951
2.11. Suspensão do processo em razão da concessão de medida liminar em ação declaratória de constitucionalidade	952
2.12. Outros casos de suspensão.....	953
3. Prática de atos durante a suspensão do processo.....	954
Bibliografia	957